



**Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Núcleo de Ciências Exatas e Tecnológicas
Licenciatura Plena em Matemática**

**INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE NA ESCOLA ESTADUAL
DR. JOSÉ MANUEL FONTANILLAS FRAGELLI: UMA PROPOSTA
PEDAGÓGICA.**

IARA MARIA CAUZ

NOVA ANDRADINA – MS

2015



Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Núcleo de Ciências Exatas e Tecnológicas
Licenciatura Plena em Matemática

INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE NA ESCOLA ESTADUAL
DR. JOSÉ MANUEL FONTANILLAS FRAGELLI: UMA PROPOSTA
PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Matemática da UEMS -Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Nova Andradina, como requisito final para a obtenção do título de graduada em Matemática, sob a orientação do Prof.º Anailton de Souza Gama

IARA MARIA CAUZ

NOVA ANDRADINA – MS

2015

CAUZ, Iara Maria. **Inclusão e Acessibilidade na Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli: Uma proposta pedagógica.** Trabalho de Conclusão de Curso. Nova Andradina – MS. 2015.

43 f.

Orientador: Prof. Msc. Anailton de Souza Gama.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Nova Andradina.

1. Inclusão. 2. Acessibilidade. 3. Necessidades Especiais. Iara Maria Cauz. UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Licenciatura em Matemática. Nova Andradina. 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente
Prof. Me. Anailton de Souza Gama
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Examinador
Prof.^a Mônica da Silva Matos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Examinador
Prof. Dr. Sonner Arfux de Figueiredo
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Nova Andradina, ____ de _____ de 2015

AGRADECIMENTOS

- ✓ Agradeço a Deus por me dar forças para concluir meus estudos e por ter me guiado durante esta etapa da vida iluminando sempre meu caminho.
- ✓ Agradeço à minha família por ter compreendido minha ausência em alguns momentos devido à minha trajetória acadêmica.
- ✓ Agradeço aos colegas de turma pelo companheirismo.
- ✓ Agradeço aos professores do curso pelos ensinamentos e principalmente ao professor Anailton de Souza Gama por ter me orientado no desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

- ✓ Ao meu esposo Amélio Rinaldi pela compreensão e apoio nas minhas ausências durante essa caminhada.
- ✓ Aos meus filhos Luiz Augusto Cauz dos Santos e Larissa Cauz Rinaldi por ser minha inspiração no alcance dos meus objetivos.
- ✓ Aos professores do curso de Matemática da UEMS de Nova Andradina pelos conhecimentos transmitidos ao longo do curso.
- ✓ A toda minha família e amigos que me incentivaram.

CAUZ, Iara Maria. **Inclusão e Acessibilidade na Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli: Uma proposta pedagógica.** Trabalho de Conclusão de Curso. UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Nova Andradina – MS. 2015.

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo verificar o comprometimento da escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli com a inclusão e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais, tendo em vista que todos têm o direito a uma educação de qualidade, em igualdade de condições. Diante disso apresentamos o histórico da trajetória da educação especial ao longo dos anos e a importância do planejamento pedagógico com foco na inclusão das pessoas com necessidades especiais. O trabalho foi amparado na pesquisa bibliográfica e de campo com análise em documento, procurando estabelecer uma relação do PPP com as Leis de inclusão e acessibilidade.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Necessidades Especiais.

CAUZ, Iara Maria. **Inclusão e Acessibilidade na Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli: Uma proposta pedagógica.** Trabalho de Conclusão de Curso. UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Nova Andradina – MS. 2015.

Abstract: The present work has how objective check the compromised the state school Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli with the inclusion and accessibility of the people with special needs, taking in view that everyone has the right to quality education in equality condition. Therefore, presenting history of the trajectory of special education over the years and the importance planning pedagogic with focus on inclusion of people with special needs. The work was supported on bibliographic search and on field with analysis in documents, looking for lay down a relation of PPP with the laws of inclusion and accessibility.

Keywords: Inclusion; Accessibility; Special Needs.

Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferente.

Paulo Freire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE INCLUSÃO.....	12
1.1 Das Políticas Nacionais de Inclusão.....	12
1.2 Acessibilidade.....	18
CAPÍTULO II – A ESCOLA COMO EIXO NORTEADOR.....	21
2.1 Histórico da Escola.....	21
2.2 Sobre o Projeto Político Pedagógico.....	24
2.3 Sobre os Programas de Inclusão e Acessibilidade contidos no PPP da Escola.....	27
CAPÍTULO III – UMA ESCOLA COM ACESSIBILIDADE: Do prescrito ao visto..	29
3.1 Acessibilidade e Inclusão.....	29
3.2 Responsabilidade Social.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	29
Figura 2.....	30
Figura 3.....	31
Figura 4.....	33
Figura 5.....	33
Figura 6.....	34
Figura 7.....	35
Figura 8.....	35
Figura 9.....	36
Figura 10.....	36
Figura 11.....	37
Figura 12.....	37

INTRODUÇÃO

A realidade escolar pressupõe que o planejamento pedagógico esteja atento às diversidades inseridas neste contexto e que ações direcionadas à inclusão e acessibilidade passem a ser o eixo norteador no processo de ensino aprendizagem com foco no ensino inclusivo.

Com base no exposto acima se propõe um estudo de campo e análise em documento para compreensão do compromisso da Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli quanto à acessibilidade e inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Segundo o Ministério da Educação (Brasil, p. 24, 2010):

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso ao espaço, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação (incluindo instalações, equipamentos e mobiliários) e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

Sendo assim, a escola que oferece acessibilidade aos alunos com necessidades especiais estará cumprindo o seu papel na sociedade e oportunizando um aprendizado inclusivo com foco nas dificuldades de cada um e com a preocupação na interação com o meio ao qual estão inseridos.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, o tema a pesquisar será relevante visto que será avaliado se o Projeto Político Pedagógico - PPP está em acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, bem como as leis de acessibilidade e poderá servir de referencial vindo a contribuir para novas propostas.

Não é de hoje que a sociedade vem lutando para uma educação mais justa onde todos, em qualquer situação possam frequentar o mesmo ambiente na busca do aprendizado. Isso reflete na vida das pessoas com necessidades especiais proporcionando uma melhor qualidade de vida.

A instituição escolar deve dar acessibilidade e inclusão como forma de contribuir para que as pessoas com necessidades especiais se desenvolvam com igualdade de condições interagindo-se com os outros alunos e participando ativamente na escola.

Este trabalho se justifica pelo fato de conhecer o projeto político pedagógico comparando com as leis de inclusão para se ter uma ideia do compromisso da escola com a acessibilidade e o desenvolvimento na aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Contudo, o objetivo do presente trabalho é discutir e apresentar propostas de inclusão social e acessibilidade na Escola Estadual Dr. José Manuel Fontanillas Fragelli.

Para tanto, foi traçada uma linha de pesquisa seguindo os seguintes passos: Identificação das propostas de inclusão contidas no PPP, confronto com as Diretrizes Curriculares de Inclusão e comparação com a estrutura da escola.

A abordagem metodológica norteadora foi amparada na pesquisa de campo, com análise de dados em documentos e observação na infra estrutura da escola no que se refere à inclusão e acessibilidade, comparando através de pesquisa bibliográfica com as leis de inclusão social.

O primeiro capítulo faz uma abordagem à trajetória da Educação Especial no Brasil, destacando às leis de inclusão e acessibilidade como reconhecimento às pessoas com necessidades especiais.

O segundo capítulo mostra a escola como base norteadora no processo da educação especial segundo o planejamento pedagógico, articulando ações que visem à melhoria do aprendizado dessas pessoas utilizando do contexto a que estão inseridas e da cultura local.

No terceiro capítulo o foco é a realidade sobre inclusão e acessibilidade encontrada na escola e a utilização dos recursos disponíveis no aprendizado das pessoas com necessidades especiais.

CAPÍTULO I

DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE INCLUSÃO

As discussões no âmbito da inclusão e acessibilidade partem da realidade de uma sociedade onde a maioria dos lugares é inacessível restringindo assim a participação das pessoas com necessidades especiais. Além disso, ainda o que se observa são escolas com dificuldades de adaptarem seus currículos para um ensino inclusivo.

Com intenção de levar ao esclarecimento de algumas questões referentes à trajetória da educação quanto à inclusão e acessibilidade apresenta-se, neste capítulo, um breve histórico abordando, de maneira geral, o processo de construção do reconhecimento às pessoas com necessidades especiais no âmbito da educação como desenvolvimento intelectual e pessoal na construção da cidadania.

1.1 Das Políticas Nacionais de Inclusão

A história da educação especial tem uma trajetória com momentos distintos, passando de uma época onde as pessoas com necessidades especiais eram excluídas totalmente do convívio social, sem nenhuma atenção ao seu aprendizado. Depois, num segundo momento passam a dedicar atenção especializada, mas com diferenciação, destinando às pessoas com necessidades especiais com escolas próprias a esses. Isso foi sendo avaliado e discutido ao longo dos anos até que nos dias de hoje passou a vigorar o ensino- aprendizagem inclusiva sem distinções.

De acordo com as diretrizes do MEC (BRASIL, p.7, 1995) até a década de sessenta, como visto na maioria dos outros países, o Brasil seguia a orientação dominante considerando, assim, as instituições especializadas como sendo a melhor alternativa para o ensino de pessoas com deficiência, visto que sua aprendizagem era diferenciada das demais e isso levava a um atendimento em separado. Proliferaram, então, as instituições especializadas, onde as pessoas com deficiências eram educadas tendo contato apenas com seus pares e com os professores.

Isso retrata o preconceito ao qual a sociedade se detinha em relação a essas pessoas e pensar uma educação nesse sentido limitava-se apenas a inserir

certo grau de conhecimento a cada um em um ambiente próprio e à pessoas do mesmo perfil.

Ainda nessa mesma linha conforme as diretrizes do MEC (BRASIL, p.7, 1995) ,ressalta-se que com a introdução da individualização do ensino na década de setenta, iniciou-se uma nova tendência no campo da educação, assim respeitando as características de cada pessoa em particular no processo ensino-aprendizagem. Ações não discriminadoras vêm sendo, desde então, a mola propulsora na orientação da Educação Especial no País, que traz como princípios fundamentais nessa modalidade de ensino a individualização, a normalização e a integração.

Nesse sentido, as pessoas com Necessidades Especiais passam a serem vistas com igualdade de direitos e as instituições de ensino passam a integrar esses nas classes regulares, mas dando atenção às suas particularidades.

Dando continuidade para as diretrizes do MEC (BRASIL, p.8, 1995) Com a integração do aluno com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino, esse passa a ser entendido como um processo resultante da evolução histórica calcada nos direitos humanos e constitui uma tendência que vem se acentuando neste final de século. Por força dessa tendência à integração, a Educação Especial passou a ter uma função dupla que permanece até hoje: atender a todos os alunos que, pela complexidade de suas necessidades educativas, requerem atendimento nas modalidades específicas da educação especial e apoiar o aluno integrado na escola comum e os docentes a cujo cargo este aluno se encontra.

Isso foi um grande avanço na história da educação e trouxe consigo possibilidades de tornar as pessoas com necessidades especiais sujeito ativo na sociedade com igualdade de condições na construção do seu aprendizado e no desenvolvimento de suas ações.

A escola, por sua vez, passa ser a propulsora nesse desenvolvimento e com a participação de todos seus integrantes na busca pelo reconhecimento às pessoas com necessidades especiais; cumprindo o seu papel social e contribuindo para uma sociedade mais justa.

A LDB (BRASIL, 2009) em seu artigo 58 define:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores [sic] de necessidades especiais. Inciso I, Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola

regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial. Inciso 2. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Respeitadas as particularidades de cada um, as leis estabelecem regras a serem cumpridas no desenvolvimento das ações direcionadas à inclusão e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais.

Ao longo dos anos foram criadas várias instituições, como destacado pelo MEC (BRASIL, p.10, 2010) que:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamim Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Com isso, passa a vigorar um sistema de ensino que posiciona o professor a uma educação apontando para as particularidades, não sendo possível generalizar. A proposta pedagógica deverá estar atenta aos meios disponíveis e aos que possam ser adquiridos para tornar a educação acessível a todos, com práticas direcionadas para o aprendizado com interação entre grupos de alunos, fazendo com que esses aprendam a respeitar as diferenças que há em cada um, mesmo nos ditos “normais”, que a sociedade definiu como “homem padrão”.

O MEC (BRASIL, p.11, 2010) em contrapartida, a Lei nº 5.692/71 altera a LDBEN de 1961, definindo tratamento especial aos alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, isso por falta de promover um sistema organizado capaz de atender esses alunos com necessidades especiais, reforçando, no entanto o encaminhamento desses às classes de escolas especiais.

Isso demonstra o resultado do fracasso da inclusão e da preparação dos professores para atender a esses alunos nas classes comuns, tornando-se mais fácil

direcionar às escolas especiais e a pessoas com habilidades e vontade de fazer a diferença, por isso se especializaram nesse sentido.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável em gerenciar a educação especial no Brasil que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiências e também às com superdotação.

A constituição Federal de 1988 traz como um dos objetivos fundamentais no art. 3º, inciso VI, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Nesta perspectiva, define, no artigo 205 que: “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como sendo um princípio a ser posto em prática e, em contrapartida, dá garantias, no artigo 208, inciso III sendo, como dever do estado, “atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Partindo desse pressuposto, as escolas tiveram que se redimensionarem para se adaptarem ao novo paradigma proposto. Isso gerou controvérsias no âmbito da educação por propor uma educação inclusiva em sentido amplo promovendo, assim meios de inclusão e acessibilidade em um ambiente ao qual não foi planejado com esse intuito e, em contrapartida, ainda vêm os professores que tinham que se preparar para receber essa parcela da sociedade.

Essa nova realidade gerou medo por partes de alguns, visto que a trajetória ao longo dos anos quanto à educação especial não surtia muitos avanços e a pequena parcela era atendida por poucas pessoas preparadas para lidar com as ditas “diferenças”; com essa mudança, passa a vigorar um sistema de ensino onde todos os professores tenham capacitação para lidar com situações que incluam esses alunos nas classes comuns e assimilem o ensino aprendizagem com as particularidades de cada um.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. É

também nessa década que documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a ser influência na formulação de políticas públicas que dê atenção às pessoas com necessidades especiais para uma educação inclusiva.

Com isso, as pessoas com necessidades especiais passam a ter o seu reconhecimento que muitas vezes era relegado à exclusão e ao isolamento, mesmo junto aos familiares que, por sua vez, não admitindo tal situação preferiam ignorar tal capacidade desses se desenvolverem, ao invés lutarem pelos seus direitos.

Nesse sentido, em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial orientando o processo de integração instrucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades de acordo com as programadas no sistema regular de ensino.

Na Declaração de Salamanca (1994, p. 23-24)

Nas escolas integradoras, as crianças com necessidades educativas especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz. A escolarização integradora é um meio mais eficaz para fomentar a solidariedade entre as crianças com necessidades especiais e seus colegas. A escolarização de crianças em escolas especiais -ou classes especiais na escola de caráter permanente – deveria ser uma exceção, só recomendável naqueles casos, pouco frequentes, nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança, ou quando necessário para o bem estar da criança ou das outras crianças.

Não podemos deixar de enfatizar que a leis de inclusão traz para as pessoas com necessidades especiais garantias de igualdade de condições, mas conduzir um ensino que abranja a todos em suas particularidades não é tarefa fácil e ainda se encontra nesse meio os que requerem maior atenção quanto às suas especialidades exigindo, assim, que a escola procure meios de mediar sua aprendizagem entre as classes comuns e os recursos das salas multifuncionais e, quando necessário, ainda encaminhá-los a centros de educação especial.

Para tanto a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, define que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, define que a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e que essa deve ser complementada ao ensino regular.

O decreto nº 3956 (BRASIL 2001) reafirma que:

peças portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CEP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada à atenção à diversidade com foco a contemplar conhecimentos específicos que auxiliem no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Para tanto a Lei nº 10436 (BRASIL 2002) Dispõe que:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para, com isso, poder garantir o direito e os benefícios à escolarização ofertando atendimento especializado e com acessibilidade.

O Decreto nº 6949 (BRASIL 2009) estabelece no Artigo nº24 que:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:
 - a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
 - b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
 - c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

Em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, este plano é destinado à formação de professores para atuação na Educação Especial, implantação de salas de recursos multifuncionais, acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Com isso, a educação passou a ser a chave para a inclusão das pessoas com necessidades especiais, mas fazer isso tornar realidade é um trabalho que exige a colaboração de todos envolvidos neste segmento elaborando projetos e articulando ações que mude o formato das escolas tradicionais estabelecidas ao longo dos anos onde o aluno com necessidades especiais não encontra o seu lugar.

Portanto fazer valer a igualdade na educação é incluir todos no mesmo espaço e trabalhar para que a aprendizagem seja estabelecida respeitando as dificuldades de cada um e explorando seus potenciais.

1.2 Acessibilidade

A sociedade vem passando por grandes transformações e isso tem repercutido diretamente no desenvolvimento do ser humano dando ênfase na igualdade de condições. Por em prática as leis de inclusão e acessibilidade é romper com as barreiras tanto do preconceito, como também dos espaços e meios físicos tornando-os acessíveis para o exercício da cidadania plena no que diz respeito à atividade humana.

“A acessibilidade comumente é definida como as condições oferecidas por ambientes livres de barreiras e que permitem a participação máxima dos indivíduos com deficiência”.(ULBRA, p.112, 2009).

Segundo a ABNT/NBR (2004)

3.1 acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

3.2 acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação

Conforme o Decreto nº5.296 (BRASIL,2004)

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes;

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

III - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

IV - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, telefones e cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

V - ajuda técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;

De acordo com o Decreto nº 6949 (BRASIL 2009)

Artigo 9

1 A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos de vida, os estados partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação. Bem como a outros serviços e instalações abertos ao público, tanto na zona urbana como na rural.

Com isso, torna-se necessário que a sociedade passe a proporcionar a todos sem distinção a livre circulação, priorizando que os espaços e vias públicas dêem acessibilidade às pessoas com deficiência para que essas possam participar do meio público sem barreiras que impeçam a sua construção e o exercício da cidadania.

Os espaços urbanos, principalmente as escolas, têm que dar maior atenção à organização tanto curricular como espacial dando vistas à eliminação de barreiras que impeçam o desempenho intelectual e os meios de circulação ao contexto de toda a escola. Esse é um desafio que coloca não só os profissionais da educação no desempenho de uma educação inclusiva e acessível, mas toda sociedade que, por meio de parcerias e ações, possam possibilitar maior qualidade de vida às pessoas com necessidades especiais.

Nessa perspectiva, a pessoa com necessidades especiais passa a interagir na sociedade e a reconhecer seus direitos e deveres, isso porque ela deixa de ser um ser isolado e se vê inserido no contexto social devendo direcionar suas ações de acordo com o sistema estabelecido pela sociedade.

Dar acessibilidade e incluir é, portanto, proporcionar meios para que as pessoas com necessidades especiais possam desenvolver-se.

Nesse sentido, acessibilidade e inclusão devem caminhar juntas visto que não há inclusão sem acessibilidade e não há acessibilidade se não poder incluir. Isso reproduz na sociedade o reconhecimento ao ser humano.

CAPÍTULO II

A ESCOLA COMO EIXO NORTEADOR

A escola é uma instituição que deve contribuir para uma sociedade mais justa onde todos possam se desenvolver com igualdade de condições. A comunidade tem papel fundamental na construção da cidadania e, partindo do contexto em que esta está inserida, deve articular seu ensino aprendizagem com as condições sociais presentes.

Neste capítulo apresentaremos um breve histórico da criação da Escola Estadual Dr. José Manoell Fontanillas Fragelli que, ao longo dos anos, contribuiu para a formação e direcionamento para a continuação aos estudos de muitas pessoas da comunidade angeliquense.

2.1. Histórico da Escola

Denominação: Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli.

Localização: Avenida Rachid Neder, 1445 – Bairro Centro – Angélica – MS.

Em 1971 iniciou-se a construção desta escola que terminaria em 1974 e seria inaugurada em novembro desse mesmo ano.

Com o nome inicial de “Escola Nova de Angélica”, toda a sua documentação foi para Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, onde estava localizada a SEC – Secretaria de Educação e Cultura. À época, ainda não havia energia elétrica no município e, por isso, a escola recebia energia de um gerador movido a óleo diesel.

Este estabelecimento de ensino recebeu a denominação de *Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli* pelo Decreto nº 9104, de 12 de maio de 1998, e teve autorização de funcionamento do Ensino Fundamental e Ensino Médio por meio da Resolução/SED nº 2320, de 14 de janeiro de 2010.

Este Estabelecimento de Ensino tem por finalidade atender ao disposto na Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, no Conselho Estadual de Educação e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O primeiro diretor da escola foi o professor Jaime Crovador e a secretária Armides Patussi e, ainda hoje, um dos primeiros professores leciona na escola, que é o professor Waldir Basílio.

O primeiro curso Técnico em Contabilidade foi frequentado por alunos, em sua maioria, vindos da Escola Estadual Senador Filinto Muller ou do município de Ivinhema. Essa primeira turma formou-se em 1976 e, nela, figuraram pessoas que hoje fazem parte do corpo de funcionários da escola: Maria Rosa Breguedo (Secretária) e Eurípedes Uzan (professor).

Nas salas de aula da Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli estudaram alunos (as) que, hoje, desempenham importantes papéis em nossa cidade, na região e Estado, sendo professores, mestres, advogados, comerciantes, prefeitos, vereadores, secretários, bancários, etc, o que demonstra o quanto esta escola é importante para a comunidade angeliquense e sul-mato-grossense.

A partir de 1977, quando houve a divisão do estado de Mato Grosso, o município de Angélica passou a pertencer ao estado de Mato Grosso do Sul e, por sua vez, a Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli passou a ser mantida por esse novo Estado e, mais particularmente, pela Secretaria de Estado de Educação – SED.

Atualmente, a escola conta com 550 (quinhentos e cinquenta) alunos matriculados nos ensinamentos Fundamental e Médio e nos cursos técnicos - Curso Técnico em Logística e Curso Técnico em Recursos Humanos em seus três turnos de funcionamento.

A escola conta com três blocos de construção, sendo: a) **Bloco 1**: o primeiro, da entrada, ocupado com a parte administrativa da escola, secretaria escolar, sala de coordenação pedagógica, sala de arquivo, cozinha, sala dos professores, sala da direção e uma pequena sala de aula utilizada para aulas de reforço, reuniões pedagógicas e, também, para reuniões do Vale Renda; b) **Bloco 2**: composto por quatro salas de aula, sendo que uma dessas salas está equipada e funcionando como a STE – Sala de Tecnologia Educacional e com os banheiros masculino e feminino ao final lateral do bloco, sendo cinco sanitários em cada banheiro, divididos por gênero e, na outra lateral do bloco encontram-se os vestiários masculino e feminino que não são utilizados por não se encontrarem em condições para tal; c) **Bloco 3**: composto por quatro salas de aula e a sala de Recursos Multifuncionais.

Ainda em simetria com o primeiro bloco, na lateral, encontra-se a Biblioteca Escolar, construída recentemente (2013), devidamente mobiliada e equipada com um acervo contendo livros literários, bastante recorrentes em vestibulares e ENEM, dicionários, revistas, livros didáticos e paradidáticos e coleções direcionadas às pesquisas. Possui também mapas geográficos e biológicos atualizados e DVDs educativos. Na outra lateral simétrica ao primeiro bloco existe uma sala de aula, equipada com banheiro que era usada para os primeiros anos de alfabetização, atualmente é usada para aulas de reforço ou mediante quaisquer outras necessidades da escola e/ou da comunidade.

A escola possui uma quadra de esportes coberta que atende às necessidades dos alunos.

Entre os blocos, existe um pátio coberto onde estão instalados dois bebedouros para atendimento aos alunos e, em torno da escola, pátio descoberto.

A escola está situada em um terreno de 100 metros quadrados dimensionando 10.000m², sendo a frente com muro de alvenaria e nas três laterais restantes existe um alambrado de tela, mas com várias avarias, não oferecendo segurança à comunidade escolar, pois constantemente tem-se a escola invadida por pessoas estranhas ao ambiente escolar e danificada por vândalos. Ainda no terreno da escola existe uma casa de zelador, aos fundos, que se encontra desativada, uma cantina que é frequentemente utilizada pelos alunos do 3º ano do Ensino Médio e uma construção que serve ao atendimento do Programa Vale-Renda.

Na Sala de Tecnologia Educacional existem vinte computadores para atendimento aos alunos, três data-shows, um notebook, uma câmera fotográfica, uma filmadora, três caixas de som, vinte mesas e quarenta cadeiras; na Sala da Direção, dois computadores (sendo um usado pela direção e o outro pelo Assessor Técnico), três escrivaninhas, um ventilador, cinco cadeiras, um sofá e um armário de aço, além de um banheiro; na Sala dos Professores há um computador, uma mesa grande, cadeiras, dois armários (sendo um escaninho e um de madeira), dois sofás, uma televisão e uma geladeira. Na Secretaria Escolar há dois computadores com duas impressoras, nove escrivaninhas, dois armários de aço, três arquivos de aço, dois ventiladores de teto, um ar condicionado, um televisor e um frigobar. Na sala da Coordenação Pedagógica há um computador, duas impressoras, três escrivaninhas, quatro arquivos de aço, um guarda-roupas, uma estante de madeira, duas estantes de aço e um ventilador. Na Biblioteca Escolar há treze estantes de aço, quatro

mesas, dezoito cadeiras, duas escrivanias, uma lousa e um ar condicionado; na Sala de Recursos Multifuncionais há uma lousa branca, dois armários de madeira, uma estante de aço, duas escrivaninhas, uma mesa, quatro cadeiras, um televisor, dois computadores com uma impressora, um ar condicionado e um ventilador de teto. As salas de aula são equipadas com trinta e cinco cadeiras e mesas em perfeito estado de conservação, dois ventiladores de teto, um ar condicionado, um quadro negro e seis luminárias. Na cozinha há um fogão industrial, dois freezers, uma geladeira, um armário de aço, duas estantes de aço, um processador de legumes, duas mesas grandes, além de vários utensílios em quantidade suficiente para o preparo dos alimentos aos alunos.

2.2 – Sobre o Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é um documento elaborado pela escola que vai além de uma simples proposta pedagógica em cumprimento às regras estabelecidas no desenvolvimento do ensino aprendizagem sendo que este deve ser fonte para o desenvolvimento de ações que integre todo segmento da escola rumo a uma educação inclusiva, potencializadora, no sentido de oportunizar a todos os alunos uma educação participativa.

De acordo com Machado (2013, p. 156):

O projeto político pedagógico constitui-se como uma direção social, política e metodológica para uma escola, um curso ou uma universidade. Ele se caracteriza por evidenciar as finalidades e objetivos educacionais, estabelecendo o perfil do educando que se quer formar.

A proposta educacional deve levar em consideração questões não apenas metodológicas e operacionais, mas fundamentalmente a formação do cidadão.

Nesse sentido, o projeto político pedagógico, ao ser elaborado, deve ser direcionado a atender a todos no desenvolvimento da aprendizagem e isso é de responsabilidade de todo segmento da escola que, por sua vez, deve estar atento às necessidades encontradas neste contexto e dessa forma procurar articular ações que beneficie a sociedade, sendo que oferecer o ensino sem inclusão e acessibilidade não surte efeitos construtivos na formação de cidadãos conscientes.

Os projetos desenvolvidos na escola podem elevar o grau de responsabilidade social e torná-la uma instituição de ensino privilegiada e reconhecida como referência no ensino aprendizagem inclusivo.

Para Veiga (1995, p. 37):

Por razões pedagógicas e técnico administrativas inerentes ao compromisso da escola com a educação e o ensino, reforçam-se hoje a necessidade e o desafio de cada escola construir seu próprio projeto político pedagógico e administrá-lo. Não se trata meramente de elaborar um documento, mas, fundamentalmente, de implantar um processo de ação-reflexão, ao mesmo tempo global e setorializado, que exige o esforço conjunto e a vontade política da comunidade escolar consciente da necessidade e da importância desse processo para a qualificação da escola, de sua prática, e consciente, também, de que seus resultados não são imediatos.

Isso pode parecer não ser tarefa fácil e levar a uma elaboração do projeto político pedagógico sem grande atenção às pessoas com necessidades especiais, visto ser mais fácil acomodar-se diante das dificuldades do que propor mudanças significativas que gerariam trabalho e muito esforço.

No entanto, quando se busca superar as dificuldades encontradas no contexto escolar, a escola passa a compreender que o desenvolvimento do ser humano vai além do processo individual de cada um e que isso tem que ser feito de forma inclusiva e coletiva, sem diferenças.

Segundo Foscarini e Passerino (2014, p. 52):

A inclusão exige que o projeto político pedagógico das escolas posto em prática valorize a diversidade humana, voltando-se a todos os alunos, ou seja, aqueles que já frequentam a escola e aos que ainda vão frequentar, procurando rever práticas que dêem suporte para educar na diversidade.

Para tanto, é preciso que a escola e a comunidade escolar tenham senso crítico quanto às necessidades especiais e providencie meios de inclusão que abranja todos os segmentos da escola para que esses acompanhem e se desenvolvam com todos os benefícios.

Com base na Lei 9394 (BRASIL, 1996):

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

De acordo com Foscarini e Passerino (2014, p. 53):

Ao falarmos em escolas inclusivas, não podemos deixar de pensar em espaços que possam auxiliar professores, alunos, enfim, a comunidade escolar e familiar no que diz respeito à concretização da participação dos sujeitos com deficiência nesses ambientes, não apenas “estando”, mas interagindo e ocupando seu lugar; dentro das escolas, esses espaços configuram-se nas salas de Recursos Multifuncionais.

Nesse sentido, é preciso que essas salas estejam equipadas com materiais e recursos tecnológicos que auxiliem o desenvolvimento intelectual das pessoas com necessidades especiais e que, também, tenha um profissional capacitado para direcioná-los na aprendizagem.

Ainda, de acordo com Foscarini e Passerino (2014, p. 54):

Ao se trabalhar com sujeitos com deficiência utilizando ferramentas disponíveis no mundo tecnológico, proporcionamos aos mesmos crescimento intelectual potencializado, tendo como base o aprendizado cooperativo e colaborativo – cooperativo porque socializa as produções e colaborativo porque possibilita construções coletivas. A contribuição, mediação propiciada pelos artefatos tecnológicos como instrumentos que possibilitam, favorecem o crescimento intelectual de pessoas com deficiência, por meio do fortalecimento da auto estima e autoconfiança, pois retira o foco da deficiência da pessoa e potencializa suas habilidades, possibilidades.

Dessa forma o Projeto Político Pedagógico, quando planejado, deve conter em seu contexto propostas pedagógicas inclusivas que estabeleçam aprendizados cooperativos entre os alunos com a participação ativa de todos.

Assim se faz necessário que a organização do trabalho pedagógico inclua todos os alunos e que a escola assuma seu papel de mediadora social buscando por auxílio nas esferas administrativas superiores para que, ao desempenhar sua função, essa esteja preparada para a nova realidade escolar.

Nessa perspectiva, de elaboração do projeto político pedagógico a escola tem que estar integrando todos seus segmentos de forma que todos os funcionários se interessem em participar de forma espontânea, com consciência crítica das situações presentes na sociedade e das possibilidades para que os objetivos propostos sejam alcançados.

2.3 – Sobre os programas de Acessibilidade contidos no PPP da Escola

Quando o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, a equipe pedagógica os pais para tomarem ciência e fazer o acompanhamento escolar do filho para, juntos, tomarem decisões no sentido de auxiliar o aluno, encaminhando-o para o contraturno em aulas de reforço ou participação em projetos especiais de apoio à aprendizagem escolar.

Os alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem e/ou deficiência intelectual ou múltipla e que necessitam de ensino especializado complementar para obter sucesso no processo de aprendizagem na classe comum têm possibilidade de frequentar aulas na Sala de Recursos Multifuncionais para suprir suas necessidades especiais.

A Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço onde, com o auxílio de uma professora capacitada para trabalhar com pessoas com necessidades especiais, se realiza investigação e compreensão dos processos cognitivos sociais e emocionais visando a superação das dificuldades de aprendizagem e o desenvolvimento de diferentes possibilidades dos sujeitos.

Dentre as atividades trabalhadas se encontra o jogo de memória que possibilita desenvolver a atenção, a percepção visual e a memória; o desenho com colagem que estimula a criatividade e percepção visual; o alfabeto móvel que favorece o desenvolvimento da atenção, percepção e a formação de palavras e frases; o origami que além de desenvolver a memória estimula a criatividade; sucatas que fazem refletir sobre a consciência ecológica e reciclagem.

Essas atividades proporcionam oportunidades de observar o desenvolvimento dos alunos na prática e isso tem sido de grande valia à aprendizagem desses alunos.

Com isso a escola procura, ao longo do ano, entender a dificuldade de aprendizagem de cada aluno e através de projetos e programas desenvolver atividades com esses, com o intuito de melhorar seu desenvolvimento dentro da sala de aula proporcionando, assim, uma inclusão com possibilidades de igualdade no aprendizado.

Esses projetos e programas têm como objetivo assegurar uma educação de qualidade a todos, quer àqueles que apresentem dificuldades de aprendizagem como aqueles com necessidades educacionais especiais em todas as etapas da

educação básica, observando as áreas do desenvolvimento cognitivo, psicomotor, sócio afetivo e emocional adequando assim o currículo às suas necessidades.

CAPÍTULO III

UMA ESCOLA COM ACESSIBILIDADE: Do prescrito ao visto

De acordo com a Lei de Inclusão e Acessibilidade (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) a escola tem que dar apoio às pessoas com necessidades especiais durante o ano letivo proporcionando a esses ambiente qualificado, equipado com mobiliário e materiais para desenvolvimento das atividades de auxílio à aprendizagem.

Este capítulo mostra como está equipada a sala de Recursos Multifuncionais e o trabalho desenvolvido com os materiais existentes nesta sala como apoio aos alunos com necessidades especiais matriculados na escola.

3.1 Acessibilidade e Inclusão

De acordo com o PPP, a Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli tem quatro salas de aula equipadas com portas alargadas e rampas para atender alunos cadeirantes facilitando-lhes o acesso à sala de aula, mas é importante frisar que a escola não está suficientemente adequada para atender alunos com necessidades especiais.



Figura 1- Fonte: (CAUZ, 2015). Porta e rampa da Sala de Recursos Multifuncionais.



Figura 2- Fonte: (CAUZ, 2015). Porta da sala de aula.

As portas alargadas e as rampas são para dar acessibilidade aos alunos cadeirantes às salas de aulas e garantir um ensino aprendizagem inclusivo.

Conforme as recomendações do MEC, no documento Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para o atendimento educacional (BRASIL, 2006):

Entre a grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na sala de recursos multifuncionais, destacam-se:

- jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e materiais pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a critérios de tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São muito úteis as sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, ímãs, etc;
- jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor, ou ainda aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para escrita, cálculo, ciências, geografia, história e outros;
- livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, com simbologia gráfica e pranchas de comunicação temáticas correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros de histórias virtuais, livros falados, livros de histórias adaptados com velcro e com separador de páginas, dicionário trilingüe: Libras/ Português/Inglês e outros;
- recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, caneta ponta porosa, engrossadores de lápis e pincéis, suporte para livro (plano inclinado), tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem, reconhecimento de formas e atividades de vida diária, e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional;
- mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem da inclinação do assento com rodas,

quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não descolamento das cadeiras.

Nesse sentido, todas as escolas têm que possuir os recursos disponíveis para o atendimento especializado. Entretanto, a realidade encontrada está longe de ser a ideal e faz, dessa forma, com que o profissional da sala de recursos multifuncionais se adapte a trabalhar com os recursos disponíveis no contexto da escola.

As atividades realizadas nesta escola procura direcionar o aluno com dificuldades de aprendizagem para uma melhor interação nas classes comuns com foco no auxílio ao conteúdo estudado e no desempenho de suas potencialidades.

Essas atividades são realizadas de diferentes formas contando com os materiais disponíveis na sala.

Dentre as atividades está o computador que é usado para pesquisas e jogos online com auxílio da professora, isso tem trazido muitos benefícios aos alunos que frequentam a sala, pois alguns não possuem computador em casa.

Para Foscarini e Passerino (2014, p. 60)

Ao inserir o grupo em questão no mundo da tecnologia, percebemos o quanto essa pode ser útil para alavancar o desenvolvimento humano dos envolvidos. Esse uso deve estar relacionado com a pedagogia construtivista, em que o professor/mediador sai de foco e possibilita aos aprendizes crescimento pessoal e cognitivo, caminhando ao lado dos alunos.



Figura 3 - Fonte: (CAUZ, 2015). Computadores da sala de Recursos Multifuncionais.

Esses são os computadores utilizados na sala de Recursos Multifuncionais para auxílio no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com dificuldades.

Os computadores não possuem softwares instalados para auxílio na aprendizagem sendo necessário que as atividades sejam realizadas com aplicativos disponíveis online, entre eles os de figuras geométricas e os das quatro operações matemáticas.

Na internet existem softwares/ aplicativos livres para que o professor utilize com alunos deficientes, entre esses podemos destacar:

O Audacity que é um editor de áudio de fácil utilização indicado para deficientes visuais e está disponível para Windows, Mac OSX e GNU/Linux.

O Motrix que é um software de reconhecimento de voz indicado para pessoas com problemas de visão e tem o objetivo de auxiliar na digitação de textos substituindo os mouses e teclados convencionais.

Existem também Softwares especiais para a ampliação do ponteiro do mouse que são indicados para alunos com baixa visão.

O DosVox que é um sistema para microcomputadores da linha PC que auxilia as pessoas deficientes visuais a realizarem tarefas com mais autonomia somente com o comando da voz.

O Comunique é um software de comunicação oral e escrita no auxílio a pessoas com problemas motores.

O Eugenio é um teclado virtual com predição de palavras que serve para auxiliar no adiantamento do processo da escrita das pessoas com dificuldades motoras.

Abaixo a imagem de alunas que frequentam a sala realizando atividades com o auxílio do computador.



Figura 4- Fonte: (CAUZ, 2015). Alunas da Sala de Recursos Multifuncionais.



Figura 5- Fonte: (CAUZ, 2015). Materiais para alunos com baixa visão.

A imagem acima é de materiais de apoio aos alunos com baixa visão. Estes materiais encontram-se na sala de Recursos Multifuncionais e são usados quando há alunos com baixa visão inclusos na escola, como auxílio no desenvolvimento das atividades.

No momento não há alunos com essa deficiência matriculados na escola, mas quando da existência de aluno com baixa visão no contexto escolar, esses materiais auxiliam na leitura e na construção de figuras geométricas.

A escola possui sete alunos com dificuldades de aprendizagem (deficiência intelectual), esses frequentam a sala de recursos multifuncionais sendo que cinco no período da manhã e dois tarde.



Figura 6- Fonte: (CAUZ, 2015). Máquina Braille.

A imagem em destaque é da máquina Braille da Sala de Recursos Multifuncionais. Esta máquina já foi utilizada por alunos, mas no momento ela encontra-se apenas exposta.

Segundo governo do estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação FAETEC - Fundação de apoio à Escola Técnica.

A máquina (Perkins, básica de escrever em Braille), possui nove teclas, ao centro está a barra de espaço e à esquerda, na ordem, as teclas para os pontos 1, 2 e 3 e na extremidade esquerda, a tecla de espaçamento de linha. À direita da barra de espaço, estão as teclas para os pontos 4, 5, e 6 nesta ordem e na extremidade direita, a tecla de retrocesso. Nas laterais superiores estão dois botões, estes são as únicas projeções da máquina. Movendo-se na direção do digitador, alimenta o papel para a máquina e movendo-se no sentido inverso retira o papel. Para se teclar uma letra, deve-se pressionar as teclas correspondentes a ordem dos pontos desta letra na cela Braille.

O Sistema Braille na sua aplicação à Língua Portuguesa, quase todos os sinais conservam a sua significação original. Apenas algumas vogais acentuadas e outros símbolos se representam por sinais que lhes são exclusivos. Assim dentro desta estrutura são obtidas as combinações diferentes que constituem o Sistema pelo qual, em todo o mundo, as pessoas cegas têm acesso à leitura e à escrita de suas respectivas línguas, da Matemática, Física, Química, Música, mais recentemente da Informática.

formam palavras que aprimoram seu vocabulário ajudando assim a se expressarem melhor no relacionamento com os outros, elevando a auto estima.



Figura 9 – Fonte: (CAUZ, 2015). Trabalhos dos alunos da Sala de Recursos Multifuncionais.

Trabalhos desenvolvidos pelos alunos com materiais da sala (sacolão criativo) e reciclagem. Estes trabalhos servem para desenvolver a criatividade e o raciocínio enquanto os alunos criam.

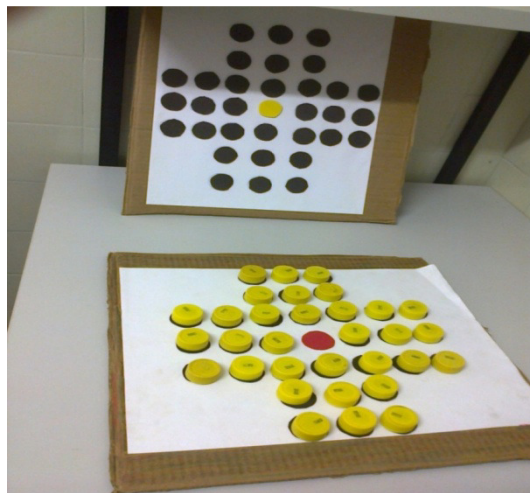


Figura 10 - Fonte: (CAUZ, 2015). Jogo resta um.

Esta imagem é do Jogo Resta Um. Este jogo foi confeccionado pelos alunos da sala de Recursos Multifuncionais com materiais de reciclagem como o papelão e tampas de garrafas pet. Isso desenvolve a consciência crítica sobre meio ambiente e sustentabilidade para que esses assumam seu papel de cidadão na sociedade.

O jogo é composto por um tabuleiro e 32 peças para serem jogadas e com ele se desenvolve a criatividade e a concentração visto que este deve ser jogado

individualmente e a pessoa ao longo do jogo deve ir comendo as peças uma a uma até que reste apenas uma.

Ao desenvolver o jogo o aluno se sente mais confiante de suas capacidades fazendo, assim, com que esse eleve a sua auto estima quando inserido na classe comum em interação com as demais pessoas.



Figura11 e12 – Fonte: (CAUZ, 2015). Trabalhos dos alunos da Sala de Recursos Multifuncionais.

Estes trabalhos foram desenvolvidos pelos alunos da sala de Recursos Multifuncionais para exposição na feira de ciências e trabalhos da escola.

Essa atividade fez com que os alunos com dificuldade de aprendizagem participassem em igualdade de condições no evento realizado pela escola e isso foi muito importante para o reconhecimento de suas aptidões.

Além disso, como o evento foi aberto ao público, esses alunos se sentiram entusiasmados em expor suas atividades para que a população apreciasse.

3.2 Responsabilidade Social.

A escola apresenta algumas adaptações que dão acessibilidade, mas ainda com restrições a todos os segmentos da escola. Isso pela arquitetura da mesma que dificulta as modificações e por falta de recursos que viabilizem as obras.

Diante das condições presentes no contexto da escola o que se pode realizar é uma parceria entre todos envolvidos e, com muita dedicação procurar formas de melhorar a acessibilidade e inclusão sem que para isto precise apenas de recursos do governo, que muitas vezes são escassos.

Com isso, todos os trabalhadores em educação têm que ter a consciência de que são educadores e fazem parte da rotina da escola, por isso precisam contribuir para uma educação mais justa com igualdade de condições e, quando deparados com restrições à acessibilidade e inclusão, estes devem se reunir com superiores na busca por melhorias que enriqueça o ambiente da escola.

A escola é a responsável na garantia da qualidade da educação rumo à transformação social, isto por contribuir na formação humana dos cidadãos oportunizando a esses uma melhor qualidade de vida nas relações pessoais e de trabalho.

Para Ulbra (2008, p.91)

A escola constitui um organismo social, vivo e dinâmico, uma cultura, que não se reduz ao somatório das salas de aula, no qual os professores são individualmente responsáveis pelo trabalho pedagógico que desenvolvem. A constituição da escola é tecida por uma rede de significados que se encarrega de criar os elos que ligam passado e presente, instituído e instituinte, e que estabelece as bases de um processo de construção e reconstrução permanentes.

Nisso, cada cidadão da comunidade escolar faz parte na construção da cidadania e, com ciência e responsabilidade todos podem contribuir para uma escola mais acessível de qualidade encarando assim, as transformações e as diferenças como incentivo rumo a uma educação integradora com igualdade de condições

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão e acessibilidade têm apresentado ao longo dos anos situações de perdas e conquistas marcando, assim, uma trajetória de lutas para com as desigualdades no contexto da sociedade.

Nesse sentido a educação como base norteadora deste processo buscou superar as desigualdades incluindo as pessoas com necessidades especiais nas classes comuns de ensino regular.

Para tanto, a escola tem que se comprometer com o ensino inclusivo propondo em seu Projeto Político Pedagógico ações que favoreça o ensino-aprendizagem sem distinção, valorizando as capacidades de cada um.

Diante disso, este trabalho surgiu do interesse em verificar o compromisso da escola com a inclusão e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais neste contexto e da proposta pedagógica. Foram levantados dados através de pesquisas bibliográficas sobre a inclusão, acessibilidade e o importante papel da educação na elaboração da proposta pedagógica com a participação de todos envolvidos no segmento da escola.

Ainda com a observação na escola procurou-se verificar a acessibilidade do prédio e os equipamentos encontrados na Sala de Recursos Multifuncionais e a utilização dos mesmos no favorecimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Durante a leitura ao PPP constatou-se que a escola ainda foge ao real cenário proposto pelas Leis de Inclusão e Acessibilidade. Essa inclui os alunos nas classes comuns, mas como atendimento especial, apenas atende aos mesmos na Sala de Recursos Multifuncionais com auxílio de um professor desempenhando tarefas como de reforço escolar não se aprimorando através de recursos que facilitariam a aprendizagem dos mesmos.

Além disso, o prédio ainda se encontra com muitas restrições dificultando a acessibilidade de alunos cadeirantes a todo segmento da escola.

Isso é o que se observa na maioria das escolas do País, pois a sociedade ainda encontra-se focada na maioria das pessoas, não se importando com o que não lhe atinge e, só quando se vê presente na situação que procura por condições favoráveis ao seu bem estar.

Nesse sentido o poder público buscando atender aos anseios desta parcela da sociedade vem articulando ações de acessibilidade e inclusão nas escolas, mas é preciso que a mesma se engaje nesta luta e crie projetos direcionados a este fim.

Concluimos com a pesquisa que a proposta pedagógica da escola precisa ser aprimorada dando mais ênfase aos alunos com necessidades especiais, visto que, a mesma encontra-se focada apenas no ensino dos ditos normais, sem o comprometimento ao ensino inclusivo com projetos de aprendizagem.

A educação inclusiva vem se fortalecendo, propondo que a escola desenvolva projetos direcionados a este fim, no entanto a escola não está conseguindo realizar as mudanças necessárias que favoreçam melhores condições de vida no cotidiano das pessoas com necessidades especiais, sendo que vem sendo garantida apenas a oportunidade de esses freqüentarem o mesmo espaço que os outros alunos, não promovendo um ensino inclusivo, onde o aluno com necessidades especiais possa desenvolver seu potencial, dentro da sala de aula em igualdade de condições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional**. Brasília, 2006. Disponível em: www.oneesp.ufscar.br/orientacoes_srm_2006.pdf Acesso em: 13 de Agosto de 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro/** Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 1995. 32p. (Série Diretrizes nº 11)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/** Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72p.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Dispositivos Constitucionais Pertinentes. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Quadro Comparativo, Regulamentações, Normas Correlatas, Índice de Assuntos e Entidades.** 5ª Edição de abril de 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/.../decreto/d5296.htm Acesso em: 18 de maio de 2015.

BRASIL. Decreto nº 6949 de 25 de Agosto de 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/.../d6949.htm Acesso em: 10 de junho de 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constituição promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 64/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 544 p.

BRASIL. Decreto nº 3956 de 8 de outubro de 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm Acesso em 10 de junho de 2015.

BRASIL. Lei nº 10436 de 24 de Abril de 2002. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm Acesso em: 10 de junho de 2015.

BRASIL. **Documento Orientador, Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncional-** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Diretoria de Políticas de Educação Especial, **Coordenação Geral de Políticas de Acessibilidade na Escola.** Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task... Acesso em: 11 de agosto de 2015.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. 54p.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico**. ESCOLA ESTADUAL DR. JOSÉ MANOEL F. FRAGELLI ANGÉLICA – MS, 2014

FOSCARINI, Ana Carla; PASSERINO, Liliana Maria. **Mediação e Desenvolvimento no Atendimento Educacional Especializado por meio do uso de artefatos tecnológicos**: In SANTAROSA, Lucia Maria Costi; CONFORTO, Débora; VIEIRA, Maristela Compagnoni. **Tecnologia e acessibilidade**: passos em direção à inclusão escolar e sociodigital. Porto Alegre: Evangraf, 2014. P.51-61.

Gestão, planejamento e políticas públicas/ [Obra] organizada pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Curitiba: Ibpex, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO FAETEC - FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA. Diretoria de Desenvolvimento da Educação Gerência do Programa de Inclusão Professora: Elizabeth Canejo. Disponível em: www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/Apostila%20Braille.pdf Acesso em: 27 de agosto de 2015.

MACHADO, Joana M.M. **A Política Nacional de Educação e os Direitos Humanos**:Operacionalização por meio de instâncias de mediação democrática e controle social. In: GUTIERREZ, J.Paulo; URQUIZA, Antonio H. A. **Direitos Humanos e Cidadania**: desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos. Ed. UFMS. Campo Grande-MS. 2013. pp 149-168.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Tecnologia Assistiva: Recursos de Acessibilidade ao Computador. Brasília. DF. 2006. Disponível em: www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/.../pdf/tecnologia_assistiva.p... Acesso em: 06 de outubro de 2015

NORMA BRASILEIRA. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. ABNT/NBR, 9050: 2004. 97 páginas. Disponível em:www.pessoacomdeficiencia.gov.br/.../%5Bfield_generico_imagens-filefi... Acesso em: 24 de maio 2015.

Sociologia da Acessibilidade/ [Obra] organizada pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Curitiba: Editora Ibpex, 2009.

TUTORIAL DOSVOX. Faculdade Educacional da Lapa Sociedade Técnica Educacional da Lapa Autorizada pela Portaria nº 1. 179/98 Cursos de Graduação e Pós Graduação. Disponível em: www.fael.edu.br/.../Tutorial-DOSVOX%201_new-fael-12-06-2013.pdf Acesso em: 06 de outubro de 2015.

UNILASALLE VIRTUAL. **Tutorial Audacity.** Disponível em: portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013570.pdf Acesso em: 06 de outubro de 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus. 6º edição 1995.